



**Estado do Tocantins**  
**Câmara Municipal de Formoso do Araguaia**

— PROTOCOLO —

Nº 013 de 21 / 05 / 2013

*[Assinatura]*

PROJETO DE LEI Nº 013/2013      Formoso do Araguaia/TO, 19 de Maio  
de 2013.

*“Declara de Utilidade Pública a entidade  
sem fins lucrativos denominado ‘CENTRO  
DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS –  
CEREA’, de Formoso do Araguaia/TO”.*

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de  
Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins APROVA e eu Prefeito  
Municipal SANCIONO a seguinte Lei:

**Artigo 1º** – Fica declarado de Utilidade Pública, nos termos  
que dispõe a Lei orgânica do Município e demais disposições atinentes ao  
caso, a entidade sem fins lucrativos denominada: *CENTRO DE  
RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS – CEREA* de Formoso do  
Araguaia/TO.

**Artigo 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Formoso do Araguaia, Estado do  
Tocantins, aos 19 dias do mês de Maio do ano de 2013.

*[Assinatura]*  
Iracildes Maria Galdino da Silva  
Vereadora

**RECEBI(EMOS)**

E.º 21 / 05 / 2013

*[Assinatura]*



**Estado do Tocantins**  
**Câmara Municipal de Formoso do Araguaia**

**JUSTIFICATIVA**

Excelentíssimos Vereadores, A declaração requerida se faz necessária, tendo em vista os relevantes serviços prestados à sociedade pela ONG: CERECA.

Cumpre ainda esclarecer os seguintes pontos:

A Declaração de Utilidade Pública pode ser concedida nas 3 esferas do Governo (Municipal, Estadual e Federal), cumprindo leis estabelecidas em cada esfera. A declaração de Utilidade Pública possibilita a entidade obter verbas, isenções e outros benefícios do Governo.

Assim, a entidade passa a gozar de certas e justas vantagens, dentre as quais, a entidade passa a ser reconhecida como prestadora de serviços à comunidade; Poderá pleitear verbas de auxílio na esfera municipal, estadual e federal.

Ademais, as entidades reconhecidas e declaradas como de Utilidade Públicas que prestam serviços assistenciais poderão solicitar redução de tarifas públicas (água e luz), junto ao Estado.

Assim, solicito aos meus pares a análise e aprovação do presente Projeto de Lei.

Formoso do Araguaia/TO, 19 de Maio de 2013.

  
Iracildes Maria Galdino da Silva

Vereadora